

# O Estrondo da Modernidade no Exército:

## As Reformas Curriculares e as Revoltas Militares na Primeira República

Ronaldo Queiroz de Morais<sup>1</sup>

### Resumo:

---

A proposição deste artigo é o de historiar o duplo combate modernizante que se fez presente após o fim da monarquia brasileira. De um lado reformas no ensino com o propósito de intensificar a disciplina militar sobre os corpos forjando uma identidade militar moderna e, de outro, revoltas militares de tom político-militar procurando, a partir de ato belicoso, acelerar a modernização do país. No Exército vivenciou-se, em um contexto de transição institucional republicana, este duplo combate que – em regra geral – se concentrava, nas camadas militares da base da corporação, entre os oficiais subalternos, de forma que os principais atores da modernização militar se bifurcavam entre o tenentismo profissional centrado nas reformas educacionais a fim de modernizar a instituição por meio da burocracia fardada e o tenentismo político que, em ato belicoso, pressionava as reformas modernizantes na esfera estatal. Efetivamente, a identidade militar moderna foi construída – em larga medida – a partir do tenentismo profissional e político: o primeiro agregou uma mentalidade conservadora e institucional produzindo um militar militarizado, aliado da cultura paisana, e o segundo trouxe a ideia de que a “classe militar” – subtraindo as massas – tinha a prerrogativa de agir politicamente sobre o Estado a fim de assegurar o curso acelerado da modernização do país, fazendo da política civil política militar.

**Palavras-chave:** Exército. Reforma curricular. Revoltas militares.

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social (USP). Docente de História do Colégio Militar de Porto Alegre e professor convidado da Pós-Graduação da Faculdade Porto-Alegrense (Fapa). ronaldoqueirozster@gmail.com

**THE BANG OF MODERNITY IN ARMY:  
CURRICULUM REFORMS AND MILITARY REVOLTS AT FIRST REPUBLIC**

**Abstract:**

---

The proposition of this article is to historicize, in the field of the modernizing, the double combat that was present after the end of the Brazilian monarchy, education reforms on one side in order to strengthen military discipline on the bodies and forging an military identity modern, and on the other of tone political-military, military revolts looking for by belligerent act accelerate the modernization of the country. In the Army experienced up in a context of institutional transition Republican this double combat that – as a general rule – they were centered in the layers military of the corporation base, among junior officers. So that the main actors of military modernization bifurcating itself between professional tenentismo focused on educational reforms to modernize the institution through the fardada bureaucracy and tenentismo political that by pressures belligerent wishes the modernizing of State. In fact, the modern military identity was built – in large part – as from the professional tenentismo and from the political tenentismo : the first added a conservative mentality and institutional that produced a military militarized culture separate from plain clothes culture , and the second brought the idea that the “military class” she had – subtracting the masses – the prerogative to act politically on the State to ensure the accelerated course of the policy modernization of country, making of politics civil military political.

**Keywords:** Army. Curriculum reform. Military revolt.

*O aparato cognitivo fundamenta as instituições na natureza e na razão [...] (Douglas, 2007).*

*A história política do Brasil republicano é a história do crescimento da nação-Estado brasileira. O Exército, como a única instituição nacional, foi um ator central dessa história (McCann, 2007).*

É preciso fazer a política do Exército e não a política no Exército (Monteiro in Coutinho, 1956).

A proclamação da República em 15 de novembro de 1889 foi resultado de pressões – em grande parte, da “classe militar”. A analogia do ato com uma parada militar, elaborada pelo republicano Aristides Lobo, traduz o significado político do evento. Novamente nossa República se fez a partir da ação político-militar. Os primeiros governantes foram os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Para John Schultz, “o principal significado da República foi ter sido instalada através de um golpe que colocou no poder um governo militar” (Schulz, 1994, p. 121). Estes militares, diante da fragmentação política do país e da ausência de um poder militar organizado capaz de garantir a ordem, entretanto, não conseguiram estruturar-se no poder. Na Primeira República o poder era das oligarquias regionais com seus exércitos estaduais (polícias militares). Diante disso, a necessidade de reformar o Exército brasileiro impõe-se como um verdadeiro imperativo categórico – imperativo este que mobilizará os oficiais na direção da consolidação de uma organização militar com força institucional de extensão nacional. Assim, a República brasileira é em parte a História das reformas e das revoltas militares com a intenção de modernizar o aparato coercitivo para atender aos interesses dos grupos militares que assumiram o comando das ações político-institucionais. As práticas políticas revelaram-se como corolário do ímpeto modernizante, bem como da consciência de que esta modernização vinha a reboque da modernização da sociedade como um todo. Por certo, o envolvimento dos militares na política, a partir da concepção de classe militar, se consolidou no Exército porque a oficialidade incorporou em

suas práticas a mentalidade de que a instituição militar e a própria sociedade precisavam de reformas prementes (Schulz, 1994, p. 32) que se fariam realidade a partir da modernização do próprio Estado brasileiro.

Nas relações republicanas entre civis e militares, os paisanos deviam estar subordinados aos militares, posto que, na concepção castrense, a classe militar vislumbrava uma maior identidade com o Estado moderno, pois se colocava acima dos interesses privados. Por certo, os militares na República reivindicavam para si uma posição ativa na política. O grosso dos oficiais não fornecia qualquer credibilidade à capacidade dos civis modernizarem o país. Para eles, como os militares eram os verdadeiros artífices da República, por consequência somente a classe militar seria responsável pela condução da política nacional (Hahner, 1975, p. 83). Eis os germes do pensamento militar conservador carregado de ceticismo e superioridade ante a sociedade civil. Assim, primeiramente, as reformas institucionais executadas na caserna foram sempre de prerrogativa militar, deslocadas da política civil, e a modernização acelerada do Estado teve sempre entre os militares premente necessidade de participação ativa. Com efeito, é impossível negligenciar tais acontecimentos que estão na matriz política da posterior criação – a partir de 1964 – do Estado Militar. Como não há ato de poder deslocado de práticas pedagógicas, nossa pesquisa representa a historicização das práticas político-pedagógicas que, nas primeiras décadas republicanas, criaram as condições para a formação da identidade militar moderna.

## **As Reformas Curriculares e a Modernização da Caserna**

Na Primeira República, sobre os escombros da monarquia, o Exército era de fato a única instituição de base da nova ordem política (McCann, 2007, p. 11) – o que possibilitou o desenvolvimento entre os oficiais de uma mentalidade de vanguarda política deslocando a responsabilidade da modernização geral do país para o espaço militar. Esta mentalidade transformar-se-á em cultura

político-militar, mas, para que o poder militar passe de mero espectro à força político-militar efetiva, há o imperativo da modernização do aparato coercitivo. Ao assumir o poder político ficou evidente, para os militares, que faltava uma liderança com base institucional (Coelho, 2000, p. 80-81), isto é, os militares não possuíam uma instituição forte que lhes possibilitasse garantir o exercício produtivo do poder.

Se pudéssemos apontar dois militares importantes para a efetivação da República no Brasil, sem dúvida destacaríamos Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant. Esses militares, por seus méritos pessoais, ou a partir deles, podem caracterizar a própria organização militar. O primeiro revela um tipo específico de militar – o chamado tarimbeiro, corpo eminentemente belicoso e carismático no meio militar – homem de guerra, por isso a popularidade entre os pares; já o segundo, traduz toda uma cultura bacharelesca e politizada de matriz civil que mobilizava a juventude militar (Hahner, 1975, p. 40). Ambos foram importantes para a efetivação da República brasileira, pois, articulados, puderam mobilizar o Exército para consolidar a República.

Estes militares, todavia, também carregavam em si práticas que inviabilizavam, em contexto de aburguesamento social, a formação de um Exército moderno. Deodoro da Fonseca não possuía a formação militar técnica, não era um corpo disciplinado nas Escolas Militares, mas um prático de guerra; não obstante, a modernização capitalista na esfera militar exigia toda uma formação disciplinar que inviabilizava um exército de tarimbeiros. Da mesma forma, de outro lado temos o bacharel-militar Benjamin Constant, de saber mais paisano do que castrense, que representava a inflexão do ensino militar da área bélica para o mundo acadêmico civil – esta condição será alvo de críticas dentro da própria instituição militar, posto que a utilização do Exército nos conflitos civis no Rio Grande do Sul, na Bahia e na fronteira com Santa Catarina e Paraná, demonstraram a falta de habilidade militar para cumprir a missão de garantir a lei e a ordem no país com a intenção de pacificar a sociedade civil e consolidar a República.

Diante disso, as primeiras décadas da República foram as de movimentos de reforma na instituição. Nem sempre levadas a efeito, as reformas anunciavam a necessidade de normalizar as práticas castrenses objetivando a militarização do corpo militar. Era preciso formar uma identidade militar moderna, um corpo despartidarizado no sentido civil e absolutamente identificado com a cultura de guerra. Para isso, as escolas militares deveriam ser higienizadas da cultura paisana bacharelesca. A sociedade civil deveria servir ao Exército com o propósito de que a qualidade da formação militar e da própria instituição pudesse ser positiva. Em outras palavras, assim como o voto na República passou a ser universal (exceto para os analfabetos, boa parte das camadas populares da sociedade), o serviço militar deveria contemplar as camadas superiores da sociedade; daí a ideia do sorteio e do serviço militar obrigatório.

Na visão dos chefes militares, a força militar do Exército brasileiro devia ser a responsável por assegurar naturalmente a lei e o progresso do país. Para isso, era oportuno manter a instituição com um quadro profissional rigorosamente disciplinado e aparelhado, com condições de formação e mobilização na mesma velocidade que se almeja o progresso econômico. Dessa forma, a pátria exigia o esforço e o sacrifício de todos os seus filhos. Consoante o ministro da Guerra, general Bernardo Vasques, em Relatório pós-Revolução Federalista:

É tempo já de cuidar-se em dar ao Exército Nacional organização compatível com o atual regime democrático e de modo a difundir-se na massa da população a consciência do dever imposto a todo cidadão, de prestar à sua Pátria o serviço militar. Se é certo que não há necessidade de manter um numeroso Exército em condições normais para o país, é certo também que devemos manter o pequeno que possuímos, convenientemente organizado [...] podendo mobilizar-se com rapidez e elevar o seu efetivo sem os tropeços e os embaraços que comumente se têm encontrado, em momentos em que a Pátria exige o esforço e o sacrifício de todos os seus filhos (Esteves, 1996, p.12).

A primeira Constituição republicana é um documento importante para que possamos dimensionar o papel dado politicamente ao Exército. Se não podemos, todavia, a partir do conjunto de normalização constitucional avaliar

as práticas de fato, pelo simples dado de que as normas só anunciam os pontos em que as relações de poder se estabelecem, por outro lado o que a constituição estabelece ou negligencia é fundamental para a historicização. Sendo assim, no processo de elaboração do texto constitucional, na comissão de juristas, o papel das forças militares é essencialmente diminuto. Conserva-se a proposição liberal, do Império, que associa a defesa da nação brasileira à responsabilidade de todos os cidadãos. Os militares estariam absolutamente subordinados aos civis, sendo o congresso responsável pela definição da política militar. A concepção, entretanto, já estava dada. O país deveria firmar-se como nação pacifista e as forças militares deveriam refletir tal concepção. A acentuada regionalização do país permaneceria contemplada nessa comissão de juristas, tanto que no artigo 72 se reforça a liberdade dos Estados da Federação em organizar uma justiça local e a criação de forças militares de defesa. Esta liberdade de organização serviu ao longo da República como grande fonte de descontentamento dos militares do Exército, pois significou, em termos práticos, a existência de uma força concorrente, que desprestigiava e inviabilizava a formação de um verdadeiro Exército Nacional.

Na sequência da elaboração da Constituição, o projeto do governo Provisório, agora especificamente conduzido por militares, tem uma inflexão significativa na função das forças armadas no país. Com efeito, o artigo 14 sintetiza a mudança. Nele, há a definição do papel das instituições militares como de forças permanentes de defesa externa e interna do Brasil. Além disso, temos a caracterização das práticas disciplinares e hierárquicas dos militares restritas aos “limites da lei” – eis aí o estrondo simbólico de autonomia assegurada a partir de normas, que corroboraram toda uma cultura político-militar de interpretação da lei, como se os chefes militares fossem os verdadeiros corpos da hermenêutica constitucional. Certamente, as ações político-militares republicanas, ao longo do século 20, foram organizadas no sentido de defesa da lei e da ordem.

No momento final do processo, o congresso constituinte acordou em reunião de deputados, no dia 15 de novembro de 1890, o que representou apenas o referendo do trabalho anterior. Após debates acalorados, que obviamente res-

pingavam na própria organização constitucional das forças armadas, porquanto as elites agrárias reivindicavam maior autonomia regional ante a União, o Exército permaneceu, em larga medida, na condição de força de segunda ordem. No geral, a primeira Constituição republicana não assegurou qualquer avanço que proporcionasse a progressão da condição da instituição do tempo do Império. A Guarda Nacional extinta na República foi substituída por uma força de maior poder militar – as polícias militares regionais – que constitucionalmente defendiam o poder estadual a partir de uma organização disciplinar moderna de guerra. Com relação ao artigo 14, nesse momento o grande impacto foi de teor simbólico, pois serviu para gestar o consenso de que para assegurar as práticas político-militares no “limite da lei” era necessário organizar um Exército capaz de garantir militarmente a ação de defesa (Costa, 1987, p. 33-52).

Realmente, as reformas e as revoltas militares traduziam relações de poder no corpo institucional e fora dele, tendo como fonte político-militar a transformação da instituição militar e da política nacional. Temos duas forças nitidamente postas nesse momento: a dos reformadores, militares que reivindicavam a militarização do militar a partir da profissionalização moderna, e a dos militares que propunham ações político-militares de força para elaborar uma mudança na estrutura política do país. Malgrado, longe de apontar grupos partidários e localizados, o que é extremamente difícil numa estrutura de cultura disciplinar e hierarquizada, o que importa acentuar são as ações que, de um lado, visavam à reforma da fraca estrutura militar e, de outro, à crescente politização dos militares que fomentavam práticas político-militares, isto é, de guerra – de desestabilização da ordem política.

Num quadro geral, o epicentro das reformas do Exército se concentrou na formação dos militares, essencialmente dos oficiais – na época o único grupo permanente na Força. Seguramente todo o esforço das reformas refletia a necessidade premente de militarizar o militar. Temos o hábito de conceber o militar como uma figura deslocada da História; os rituais militares e a reivindicação da tradição isolam nossa percepção de toda a historicidade do corpo militar. É preciso compreender a militarização do militar como um processo que

persegue a acentuada profissionalização e a ruptura com a política de coloração civil. Este processo é contínuo, na medida em que a militarização do militar se exerce a partir de práticas de formação sobre uma matéria-prima civil. Ademais, a militarização do militar é algo recente, do século XIX, momento de formação do Estado-nação – no Brasil esta concepção começa a ser gestada a partir das proposições dos reformadores militares republicanos. Com efeito, o limiar do século XX evidencia a premência de reformas na instituição militar (McCann, 2007, p. 121) objetivando adequá-la aos novos ares republicanos.

As reformas institucionais abarcavam o ensino e a própria estrutura organizacional. Das ações mais significativas no sentido da mudança, sem dúvida, o campo dos saberes militares foi o que exigiu maior preocupação estratégica, uma vez que as escolas militares representam espaços de formação de identidades que apontavam para o futuro da própria organização. Além disso, as escolas militares apresentavam-se como ponto sensível do poder militar, pois não produziam uma formação adequada aos novos tempos. O técnico das armas moderno não era o produto final desenvolvido nas escolas, mas o militar de cultura mais civil do que belicosa.

A Escola Militar da Praia Vermelha, escola de formação de oficiais do Exército, é representativa da condição geral da força terrestre brasileira nos primeiros anos da República, posto que as escolas militares atuam como máquinas de subjetivação sobre a constituição da identidade militar. Nesse espaço absolutamente disciplinar, portanto moderno, elaboram-se políticas educacionais sobre o que se espera do oficialato nacional. As memórias de Lobato Filho,<sup>2</sup> ex-aluno, sobre a escola, evidenciam a baixa intensidade da militarização existente nesse espaço de saber militar. A escola representava, ainda no tempo do Império, um cadinho de politização republicana, no qual os problemas políticos se amalgamavam às questões militares (Filho, 1992, p. 3). Na verdade, vivia-se um clima mais científico do que militar, de forma que o codinome “Taberná-

---

<sup>2</sup> O general Lobato Filho publicou pela Bibliex um livro de memórias intitulado “A Última Noite da Escola Militar da Praia Vermelha” (1992), em que relata suas vivências na escola até o momento do esgotamento desse espaço como centro de formação de oficiais em 1904.

culo da Ciência”, dado à escola, traduz o que essencialmente se desenvolvia naquele espaço. A cultura bacharelesca da elite nacional também encontrava seu equivalente no meio militar. Certamente a sociabilidade ali desenvolvida – seis anos de internato – engendrava um grau elevado de companheirismo, o que favorecia as ações político-militares de matiz civil, tanto que as ligações sociais se davam mais no plano horizontal do que no vertical. De acordo com Lobato Filho, “nenhuma dúvida pode haver de que esse regime de internato [...] amalgamava solidamente o companheirismo incondicional [...]. Restaria apenas julgar se esse companheirismo era um bem ou um mal” (Filho, 1992, p. 12).

A resposta a este companheirismo veio em 1898 com o novo regime para o ensino militar. Um novo regulamento foi lançado, ainda longe de formular as chamadas necessidades positivas à vida militar, porque ainda mantinha no conjunto uma concepção educacional paisana, pois não inovou ou acrescentou grande mudança estrutural (Motta, 2001, p. 187-188). Na verdade, o objetivo fundamental da mudança no ensino era o de desarticular o clima político reinante na Escola Militar da Praia Vermelha. Consoante Lobato Filho, “O ponto essencial, ao se tratar da questão de subtrair a Escola Militar da influência da política, residia, sem dúvida, naquele notável companheirismo generalizado e incondicional, nascido da convivência de seis anos de internato” (Filho, 1992, p. 16). A politização e o bacharelismo da Escola Militar pontuavam a decadência do ensino militar. A formação era de fato mais teórica do que prática. Os alunos passavam boa parte do tempo desenvolvendo estudos filosóficos e matemáticos, o que dava à formação acadêmica uma conotação mais civil do que militar. Como resultado tínhamos excelentes bacharéis e péssimos profissionais de guerra (McCann, 2007, p. 63).

O regulamento de 1898, apesar de não acentuar a militarização do corpo de militares instruendos, provocou uma leve mudança ao centrar a disciplina militar nas Escolas Preparatórias e de Tática para extirpar qualquer resíduo político de matiz civil antes de chegarem à Escola Militar da Praia Vermelha. Para isso, a educação moderna militar foi acentuada, de forma que o espaço de formação passou a tomar sentido totalizante. Assim, houve o aumento do

número de formaturas (formaturas para tudo): aulas, exercícios físicos, instruções, rancho, bem como paradas diárias (com toda a formalidade de uso do uniforme), manobras e desfiles, guarda aos domingos e plantão à noite nos alojamentos, maior controle sobre as licenças e o portão das armas. Tudo para que o estudante militar, ao ingressar na Escola Militar da Praia Vermelha, já estivesse suficientemente disciplinado, restando à escola o desenvolvimento do curso verdadeiramente acadêmico. De acordo com Lobato Filho, “pode-se, pois, dizer que o espírito do regulamento [...] tivesse o propósito bem calculado de inocular no cadete um pouco mais de vaidade intelectual que tomasse o lugar da tendência para a política” (1992, p. 19). Ainda assim havia espaço para se respirar a cultura bacharelesca – eis aí o limite da reforma. Como o objetivo da tecnologia disciplinar é o de forjar corpos dóceis (Foucault, 1987, p. 118), que possam ser submetidos aos projetos institucionais, utilizados e aperfeiçoados como agentes modernizadores, de fato esta reforma não assegurou qualquer resultado positivo ao Exército.

Em síntese, a Escola Militar da Praia Vermelha apresentou-se como um espaço acadêmico por excelência, o que era reconhecido pela sociedade civil; espaço de leitura dos grandes mestres do pensamento europeu, como Leibniz, Descartes, Fourier, Comte e outros, o que a caracterizava como uma escola essencialmente civil de espectro militar. O regulamento de 1898 não conseguiu mexer na estrutura paisana da escola; assim, segundo Lobato Filho, “[...] conseguiu que o micróbio político se conservasse como que adormecido” (1992, p. 51). Foi o suficiente para que houvesse o levante político-militar na noite de 14 para 15 de novembro de 1904 dentro do conjunto de manifestações da chamada “revolta da vacina”. Em virtude desse evento, a escola foi definitivamente extinta. Em seu lugar criaram-se a Escola de Guerra, a Escola de Aplicação, em Porto Alegre, e a Escola de Artilharia e Engenharia, no Realengo.

Em 1905 foi elaborado novo regulamento buscando adequar o ensino prático e profissional às reais necessidades de formação do oficial do Exército brasileiro. O objetivo fundamental era a formação de um aluno com forte espírito militar, apto às atividades de evolução tática, prática de tiro e às regras

de campanha. De acordo com os idealizadores, a reforma conquistaria o pleno sucesso mediante um regime disciplinar rígido de enquadramento constante, um currículo em que os saberes militares predominassem sobre os acadêmicos, considerando que estes saberes deveriam estar estritamente relacionados às reais necessidades de formação do oficial, e, finalmente, uma complementação de estudos em escolas de aplicação, com o propósito de concluir o adestramento dos alunos. Ainda assim, este regulamento não conseguiu qualquer êxito significativo, pois os recursos financeiros eram escassos e o corpo de instrutores sem qualquer condição de modernização disciplinar (Motta, 2001, p. 239-241). Mesmo com resultado diminuto, o processo de normalização aponta para uma efetiva inclinação do Exército no sentido de reformulação radical nas máquinas de formação profissional e identitária militar.

Os anos de 1906-1912 foram de vitórias da instituição militar na aceitação de suas proposições para o país, com um clima de forte ofensiva cultural militar. Dentre elas, a reorganização do Exército, a lei do serviço militar obrigatório (embora, sem muita ação prática), a compra na Alemanha de equipamento de guerra moderno, entre outros. Malgrado em termos de ações práticas no campo do ensino, o contexto não era dos melhores e o regulamento apenas pontuava uma forte necessidade de mudança para se equiparar aos exércitos modernos (Motta, 2001, p. 240).

O regulamento de 1913 foi o que, paulatinamente, diante de um contexto de ausência de fortes paradigmas militares para o ensino, inoculou (expressão militar) no Exército a semente da modernização militar no ensino, com diretrizes de redução do número de escolas (de quatro para duas), concentração dos estudos em assuntos relevantes para os militares e redução do tempo de formação (para artilheiros e engenheiros) e na constituição de currículos com assuntos essenciais à profissionalização (Motta, 2001, p. 242), ou seja, os programas deveriam centrar-se na objetividade dos saberes. Para qualificar os discentes e os instrutores era fundamental evitar o excesso de teoria – passa-se, assim, a conceber o corpo militar como um elemento essencialmente prático.

No relatório de 1914, o ministro da Guerra afirmou que a nova organização militar do ensino tinha um caráter mais prático que teórico, de perfeito acordo com as exigências da atualidade (Motta, 2001, p. 247-248). O regulamento de 1913 ocupará, até a chegada da missão francesa, um papel paradigmático no ensino militar, de modo que as reformas posteriores (de 1918 e 1919) nada mais representaram do que uma mera reprodução daquela – restringindo-se a alguma inovação no campo tático (Motta, 2001, p. 259).

Não obstante, o general Bento Ribeiro, chefe do Estado-Maior do Exército (EME), em 1917, aponta em relatório a disparidade entre as normas curriculares e as práticas de formação propriamente ditas, sendo necessário que a modernização advenha da cultura militar dos países adiantados; assim, demonstrava inclinação à reforma do ensino militar brasileiro a partir de saberes militares estrangeiros. Eis o quadro de carências dos professores militares daquela época:

Não resta dúvida que aos atuais professores faltam, em geral, o espírito militar, o tirocínio prático, o conhecimento exato do mecanismo dos exércitos em seus menores detalhes. Há não só no professorado militar como nos que labutam no Estado-Maior do Exército talentos brilhantes e inteligências esclarecidas [...] de elevada cultura científica, mas poucos possuem o necessário coeficiente prático, embora todos se achem em magníficas condições de assimilarem os mais difíceis problemas, desde que mestres provecos da Arte os guiem convenientemente (Esteves, 1996, p. 69).

No mesmo relatório o general Bento Ribeiro sublinha os vícios do ensino das escolas militares anteriores que não comportam mais o contexto moderno, de guerra total, quando a técnica e o profissionalismo castrense assumem uma dimensão gigantesca, de forma que os professores atuais sofrem de problemas intrínsecos a sua formação, o que os torna incapazes de conduzir a efetiva modernização militar. Assim, segundo o documento:

Sáidos, em sua totalidade, das antigas escolas militares onde o ensino de matemática e de filosofia sobrepujava a tudo, onde por uma falsa e errônea orientação, os conhecimentos militares eram ministrados sob forma mais

literária que real, e, portanto, relegados para um plano terciário, todos esses professores e membros do Estado-Maior do Exército se ressentem do mesmo vício de origem (Esteves, 1996, p. 69-70).

Absolutamente, a simples formulação de regulamentos modernos não foi suficiente para a crescente militarização dos discentes nas escolas militares. Na realidade, a normalização não assumiu a forma de poder produtivo num campo das relações disciplinares. Assim, sob a cobertura curricular militarizante subjazia a revolta político-militar esperando o contexto oportuno para se efetivar, de forma que, na madrugada de 5 de julho de 1922, os estudantes militares se sublevaram em apoio ao movimento tenentista. Independentemente do tempo de duração e do malogro da ação, a revolta durou apenas algumas horas. O acontecimento teve grande repercussão na Escola Militar do Realengo – os alunos foram expulsos, o comandante e os instrutores da missão indígena foram afastados por excesso disciplinar, pois as práticas disciplinares excessivamente rígidas de modelo alemão pontuaram, também, as motivações da revolta (Motta, 2001, p. 264).

O horizonte reformador no ensino, que investiu absolutamente na prática técnica, mostrou-se insuficiente para a modernização do saber militar. Em outras palavras, a disciplina rígida centrada na ação prática forjou relações de poder de sentido repressivo. Havia a necessidade de um equilíbrio no sentido da ação – o poder não pode ser exclusivamente o que diz não (Foucault, 1979, p. 148); é preciso uma produção de significados positiva, o que implica introdução de disciplinas, senão voltadas para as ciências humanas pelo menos relacionadas a elas na formação das identidades.

As reformas seguintes (de 1924 e 1929) incorporaram assuntos que dizem respeito às questões referentes aos fundamentos do Direito, às noções de funcionamento do Estado e às garantias constitucionais, ou melhor, foi desenvolvido um currículo com alguma inclusão das ciências humanas. Não se propunha, porém, o retorno ao bacharelismo militar de outrora, mas a necessidade de, a partir dos saberes humanísticos, adequar o homem-de-guerra aos imperativos modernos. Consoante o ministro da Guerra, general Setembrino de Carvalho, a reforma militar deveria incorporar no currículo exigências da cultura geral fundamental

para a formação do oficial, proporcionando-lhe condições de atuar, além do plano técnico-profissional, de forma orgânica no progresso do país (Motta, 2001, p. 265). Este regulamento apresentou uma nova abordagem com referência à constituição do militar moderno. Nele a cultura geral é contemplada sem os excessos da antiga Escola da Praia Vermelha, com a intenção de produzir uma cultura disciplinar homogênea sobre os corpos, proporcionando-lhes maior identificação com a instituição dentro de um quadro vertical de circulação de poder.

A coordenação direta da educação militar, a partir da reforma de 1924 – ao contrário das reformas de 1918 e 1919 em que a condução se centrou nos militares brasileiros ligados à cultura militar alemã (missão indígena) – ficou a cargo da missão francesa. O impacto das sublevações tenentistas de um lado, como momento de instabilidade interna institucional e, de outro, a necessidade de reformadores exógenos ao Exército, com poderes de ação sobre a própria conduta militar, são fundamentais para a compreensão do contexto tenso e desfavorável à consolidação da modernização. Realmente, a reforma de 1924 foi emblemática na medida em que anuncia o próprio limite das transformações no ensino militar diante de uma estrutura de poder oligárquica e incapaz de consolidar um Estado moderno sob a égide de um exército coeso e capaz de garantir o poder nacional – tanto que a última reforma no ensino militar, em 1929, nada trouxe de novo, apenas reproduziu o regulamento anterior (Motta, 2001, p. 278). Por certo, a modernização em seu conjunto só adquiriu um sentido amplo em um novo contexto histórico com a Revolução de 1930, quando a velha oligarquia cafeeira foi subjugada por Getúlio Vargas e a industrialização do país, *pari passu* à reformulação do Exército brasileiro. Em poucas palavras, quando a modernização assumiu a forma política prioritária.

## **A modernização institucional e a baixa oficialidade**

As reformas tiveram como motor propulsor o ímpeto dos jovens tenentes. Diferentemente da mocidade militar republicana de cultura bacharelesca, estes militares sedentos por modernização castrense receberam formação militar na

Alemanha entre os anos de 1905 e 1912 e apresentavam uma cultura inclinadamente militar, ou melhor, como nossas escolas não tinham condições de produzir o militar moderno, nossos primeiros corpos disciplinados, no sentido militar, vieram da Europa. Como eram os únicos corpos verdadeiramente modernos na instituição, foram os responsáveis pela formação da chamada missão indígena, que se esforçou para modernizar o ensino no Exército de 1919 até 1923. Foram substituídos pela missão francesa. Egressos das escolas militares alemãs, centro de modernização castrense e referência para os países periféricos, os tenentes não se limitaram ao ensino, mas interferiram na política militar e civil com a intenção de edificar uma instituição militar moderna no país. O impacto desses jovens tenentes reformadores foi tão grande sobre a instituição que seguramente podemos afirmar que o Exército moderno no país começou a se esboçar a partir do retorno desses homens ao Brasil (McCann, 2007, p. 216).

Em 1913, tenentes egressos de estágio de aperfeiçoamento militar na Alemanha, pejorativamente nominados “jovens turcos”, com apoio de outros oficiais subalternos, elaboram a publicação da revista “A Defesa Nacional.”<sup>3</sup> Desde então de fluxo perene no Exército Brasileiro, a revista é influenciada por sua congênera alemã “*Militar Wochenblatt*”. De acordo com um dos fundadores da revista, Francisco de Paula Cidade, tratava-se de um momento em que esta oficialidade estava “possuída de uma verdadeira neurose de aperfeiçoamento e buscava fora de nossas fronteiras aquilo que o nosso meio não podia proporcionar-lhe” (Cidade, 1998, p. 337). Esses militares inauguraram, da baixa para a alta oficialidade, a cultura da técnica militar moderna como elemento efetivo de profissionalismo. Os oficiais que elaboraram a revista eram realmente de outra estrutura subjetiva e traduzem um fenômeno novo no Exército brasileiro: eram militares com formação eminentemente militar e dominavam as práticas de comando sobre a tropa (McCann, 2007, p. 216). Ainda assim, tiveram de

<sup>3</sup> O núcleo dirigente foi composto pelos seguintes militares: Bertoldo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Sousa Reis (redatores), Francisco de Paula Cidade, Mário Clementino, Epaminondas de Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues, Francisco Jorge Pinheiro, José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti, Euclides de Oliveira Figueiredo, Brasília Taborda, Amaro de Azambuja Vilanova e José dos Mares Maciel da Costa.

travar uma batalha desigual contra a tradicional cultura militar, de escasso conhecimento técnico-militar e de excessiva erudição paisana, o que provocou dissidência ante os comandantes militares. Por essa forma, os tenentes reformadores concentraram-se nas seguintes providências propositivas:

Uma das mais importantes campanhas levadas a efeito pela Defesa é a de contrato de uma missão estrangeira para modernizar a nossa técnica operativa, dando ao nosso Exército uma feição nova. De não menor importância foi a do serviço militar obrigatório. Só a efetivação dessas duas providências de tão difícil aceitação pelas nossas elites valeria por um grande programa vitorioso [...] (Cidade, 1998, p. 423).

As ideias desenvolvidas pelos jovens turcos posicionavam-se para muitos dos oficiais superiores e para boa parte dos generais, isto é, para os comandantes do Exército, como uma verdadeira batalha cultural entre os jovens oficiais de cultura eminentemente técnico-militar e a velha chefia composta por militares de cultura bacharelesca. Assim, consoante Francisco de Paula Cidade, “como poderiam, já em fim de carreira, adquirir os conhecimentos feitos de casos particulares e de grande vulto que a moderna arte militar estava a exigir?” (Cidade, 1998, p. 435-436). No editorial do primeiro número da revista estes jovens tenentes reformadores apresentam um impulso modernizante rumo à tropa. A concepção de crítica para estes tenentes passa a não representar qualquer ação indisciplinar, pois corresponde à correção de curso – a crítica é dever militar, dos corpos conscientes do dever modernizante, e o progresso é obra dos dissidentes (Coelho, 2000, p. 93). No conjunto, os jovens reformadores engendraram uma cultura político-militar que propunha o afastamento dos militares da política partidária e, ao mesmo tempo, a ação político-militar da instituição de forma a tutelar a modernização da sociedade como um todo (McCann, 2007, p. 217). Esta cultura encontra-se na raiz das repetidas intervenções militares no Brasil republicano. Assim, os militares, enquanto sujeitos, deveriam dedicar-se às atividades especificamente militares, deixando a instituição agir no sentido de garantir a modernização geral do país – depois da almejada modernização, o Exército poderia concentrar suas atividades no que lhe é específico, ou seja,

a guerra. Estamos, sem dúvida, diante de um Direito Natural que normalizou práticas políticas e relações de poder dentro e fora da instituição militar. Talvez a perenidade da circulação da revista *A Defesa Nacional* em nosso país reflita a longa duração dessa cultura.

O ministro da Guerra, marechal José Caetano de Faria, conduziu, em 1915, uma reforma importante no Exército. Na verdade, esta deu prosseguimento à tentativa de modernização de 1908. Além das questões de ordem técnico-militar o que produziu grande repercussão foi o sorteio militar (Lopes; Torres, 1947, p. 177). Quebrando a verticalidade do poder militar, arrematou os modernistas militares da revista *A Defesa Nacional* trabalhando diretamente com o tenente Leitão de Carvalho (McCann, 2007, p. 252) – liderança importante dos jovens turcos. Assim, a primeira onda modernizante no Exército brasileiro veio de baixo para cima e representou mudança mais no campo da superestrutura militar do que no das estruturas institucionais. Seria preciso um passo mais adiante, uma reforma de cima para baixo. Esta foi, de fato, realizada com a chegada da missão francesa – pois toda a oficialidade brasileira teve de voltar à posição de aluno para reformar conceitos. No que diz respeito à disciplina militar, isto é, à efetiva militarização do militar em termos modernos, contudo, estas reformas produziram avanços diminutos. Ambas realizaram intervenções limitadas à superestrutura, na medida em que a modernização foi acompanhada das revoltas militares, o que impossibilitou o equilíbrio político-militar necessário ao sucesso das reformas.

A Missão Militar Francesa exerceu um papel disciplinador sobre a tropa brasileira. O comando da doutrinação militar estava a cargo do general Maurice Gamelin, chefe da missão, que com mão de ferro impôs a cultura militar moderna ao Exército Brasileiro. Com método rígido, os saberes militares expandiam-se a todos. Os corpos resistentes logo eram eliminados. Para os que fracassavam nos trabalhos práticos, de campo, realizados nas grandes manobras, os instrutores franceses elaboraram a expressão eliminatória “caco de granada”. O oficial era declarado ferido e recebia ordem de passar o comando ao seu substituto. Também havia os oficiais que fracassavam nas provas intelectuais. Estes recebiam

o chamado “bilhete azul”, isto é, o convite para efetivarem o trancamento de matrícula. Muitos oficiais antigos, presos aos vícios de formação tradicional, foram envolvidos na teia seletiva da missão (Cidade, 1998, p. 437).

O Chefe do EME general Augusto Tasso Fragoso, em 1922, constata, em seu relatório ao ministro da Guerra, a relevância da Missão Militar Francesa à modernização do Exército Brasileiro, nos seguintes termos:

Passados três anos, estamos habilitados a declarar que nem o seu ilustre chefe, nem o conjunto de seus auxiliares, malograram as esperanças que, em boa hora, depositáramos na colaboração afetuosa da França. A Escola de Estado-Maior e a de Aperfeiçoamento de Oficiais estão transformadas em viveiros, donde saem, em curto prazo, oficiais com preparação mais racional para as funções complexas da guerra moderna (Esteves, 1996, p. 100-101).

Em seu conjunto, todavia, a modernização militar, advinda da formação francesa, não se vinculou ao corpo militar sem resistência – principalmente aquela de procedência dos chefes das unidades militares. A missão francesa concentrou sua ação sobre a baixa hierarquia do oficialato, de forma que os militares que saíam das escolas e iam servir na tropa ou órgãos correlatos representavam corpos mais instruídos no plano militar do que seus próprios chefes – o que gerava mal-estar e perseguição disciplinar, isolando-os da ação modernizadora (Magalhães, 1998, p. 138).

## **As revoltas militares na baixa oficialidade**

Houve um conjunto de revoltas militares de coloração política na República Velha. O próprio ato de consolidação da república foi de fato sob o diapasão da ação político-militar. Destarte, tornou-se evidente para os militares que o Exército teria como responsabilidade político-militar garantir as instituições republicanas (Rouquié, 1984, p. 330). Assim, uma teia de práticas políticas passa a envolver com maior intensidade, quando a comparamos com o período imperial, os corpos na caserna ao mesmo tempo em que se passou a tecer políti-

cas de modernização institucional, de forma que não podemos isolar as revoltas militares do binômio Exército/Estado em virtude do imperativo modernizante de que não há modernização de um sem a modernização do outro. Assim, a leitura das intervenções militares na política civil deve ser contemplada não só em termos civis, mas como ação político-militar de modernização da própria instituição. Nessa perspectiva, podemos acompanhar o impacto dessas revoltas sobre a administração da caserna – avaliando as revoltas a partir das relações de poder, um horizonte normalizante aparece para o historiador a fim de que se possa entender a instituição.

As forças impactantes advinham, na República Velha, do interior da instituição militar, mais precisamente do Exército e dos escalões inferiores. Tanto o tenentismo profissional dos “jovens turcos” quanto o tenentismo político foram forças de oposição ao *status quo* tradicional das elites militares e civis que tiveram como atores fundamentais os corpos militares das camadas hierárquicas subalternas. O fato é que o Exército naquele momento possuía jovens tenentes com cabedal militar mais elevado do que seus superiores hierárquicos, o que, em termos militares, representa um enorme estrondo no campo disciplinar – apesar de trazerem uma cultura militar moderna e limitarem-se à estrita ação dentro da disciplina e da hierarquia – manifestando-se por meio da crítica intelectual. O tenentismo profissional objetivava a ação político-militar, mas, ao contrário do tenentismo político, exclusivamente a partir da instituição. De outro lado, havia oficiais subalternos que, envolvidos, mas não completamente, no novo espírito militar, inclinavam-se na direção dos problemas político-administrativos do país. Estes detestavam seus superiores hierárquicos, menos por inabilidade tecnomilitar do que por seu compromisso com o regime político-econômico oligárquico vigente. O tenentismo político, *grosso modo*, compartilhava das mesmas concepções modernas do tenentismo profissional, malgrado, em termos estratégicos, concentrava a ação político-militar contra as estruturas do poder político nacional a fim de qualificar o Exército brasileiro para as reformas que lhe garantiram o papel centralizador – em outros termos, a formação de um exército com poder verdadeiramente militar. Para isso o regionalismo e a corrupção política deveriam ser combatidos pela força das armas (Hayes, 1991, p. 135-136).

Edmundo Campos Coelho qualifica os movimentos militares de 1922 e 1924 como de influência tipicamente militar, portanto de ascendência política limitada à crítica às condições do Exército e de sua relação com o governo federal. Os pontos fortes do descontentamento militar encontravam-se na precária condição de vida, nas promoções hierárquicas e nos baixos soldos; fatores que se somavam aos problemas institucionais, tais como a formação profissional deficiente, incompetências dos chefes militares e falta de renovação dos quadros militares superiores. Tudo isso, é claro, dentro de um contexto político oligárquico de economia agrário-exportadora. Diante disso, as pressões, primeiramente do tenentismo profissional, dentro da hierarquia militar – pelo menos até onde puderam suportar sem ultrapassar o limite da própria instituição – e, num segundo momento, as revoltas do tenentismo político, apresentam-se como dissidência à hierarquia militar; ambas as pressões representativas da emergência de forças de mudança na estrutura estatal (Coelho, 2000, p. 97-98).

Não obstante, a mobilização foi toda ela orientada no sentido de defesa do pundonor militar ante os abusos do poder político civil. Diante disso, a mobilização transformada em revolta armada estava centrada demasiadamente na noção de classe militar. Havia na revolta o ímpeto da autonomia do Exército em relação à política e ao papel purificador da instituição perante a política civil (Drummond, 1986, p. 96). Por certo, a ação político-militar de 5 de julho de 1922 não representou qualquer movimento institucional; não foi o Exército como corporação que se revoltou, mas essencialmente alunos do Realengo, tenentes e capitães que se insurgiram contra a prisão de Hermes da Fonseca. Esse foi preso por indisciplina, pois escreveu um telegrama de solidariedade ao grupo político de Pernambuco que estava sendo prejudicado nas eleições regionais em decorrência do apoio político do presidente Epitácio Pessoa ao grupo adversário – somando-se a isso, havia o antibernardismo, fruto do episódio

das cartas falsas.<sup>4</sup> Estes eventos políticos foram decisivos para a mobilização dos oficiais subalternos, na medida em que tal ato ferira a honra dos militares enquanto classe – atingindo diretamente os “brios do Exército”. O tenentismo político, portanto, representa uma revolta no interior da caserna, sem a validação institucional, pois o comando militar permaneceu, como nas revoltas posteriores, na condição de força legalista (Silva, 1984, p. 93-94) – subordinada à estrutura de poder do Estado Oligárquico.

A memória de Juarez Távora sublinha o caráter classista do evento, ao mesmo tempo em que destaca a relação identitária dos militares revoltosos com a própria instituição. Nas palavras deste militar:

Particpei ativa e conscientemente, do levante militar de 5 de julho de 1922, feito como protesto contra atos do Presidente Epitácio Pessoa, que considerava ofensivo à dignidade do Exército. Essa instituição nacional – a cujo abrigo pudera concluir meus estudos superiores, e à qual ficara a dever um lugar garantido para disputa honesta do pão de cada dia, no futuro – merecia um tal sacrifício. [...] E, na Escola Militar, onde servia, limitei-me a transmitir [...] a segurança de minha solidariedade a qualquer atitude de desafronta aos brios do Exército, de que eles participassem (Távora, 1973, p. 115-116).

O marechal Odylio Denys, em livro de memórias a respeito de sua vivência no Exército, qualifica o período de 5 de julho de 1922 até 31 de março de 1964 como o de “ciclo revolucionário”. A inspiração do tenentismo estaria presente já no movimento de Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 (Denys, 1980, p. 23-24). A memória do marechal em torno das revoltas militares na Primeira República, em que participou comandando os alunos da Escola Militar do Realengo, está repleta da convicção de que a ação político-

<sup>4</sup> O episódio das “cartas falsas” ocorreu na campanha política à Presidência da República em 1922, em que o candidato Artur Bernardes foi acusado de escrever cartas ofensivas ao marechal Hermes da Fonseca, publicadas na imprensa. Ainda durante a campanha eleitoral, no entanto, houve a comprovação de que as cartas foram forjadas.

-militar representa um ato legítimo de defesa da instituição. O movimento tinha uma aura identitária classista. Consoante o Marechal, “solidário com a classe [...] tomei parte no movimento” (Denys, 1980, p. 24).

O descontentamento militar de 1924 teve a mesma raiz do movimento anterior – a interpretação classista ante o governo de Bernardes no que diz respeito à reinclusão ao Exército dos alunos e oficiais militares que participaram da revolta de 1922. O ato passou a ser interpretado como o de afronta civil à integridade do Exército (Drummond, 1986, p. 100). O novo nesta revolta se encontrava na decisão de alongá-la a partir da conversão da luta armada em guerra de movimento – desencadeando uma longa marcha liderada por Luis Carlos Prestes (Moraes, 1991, p. 138). O objetivo fundamental era mais estratégico do que político, ou melhor, pretendiam oferecer aos seus pares uma nova alternativa de rebelião e a resistência a partir do contínuo movimento das forças rebeldes. Certamente, em termos políticos, não houve nenhuma ação nova. A novidade estava naquilo que Prestes chamava de “guerra de movimento” – em oposição ao fracasso das revoltas anteriores ligadas à “guerra de posição” (Drummond, 1986, p. 126-127).

A fonte das revoltas encontrava-se na precariedade da formação militar no país com a baixa militarização, o que inviabilizou o deslocamento dos militares das motivações políticas para centrá-los nas atividades exclusivamente profissionais – como corolário, a ausência de coesão institucional e o desrespeito à hierarquia militar (McCann, 2007, p. 277). Somando-se a isso, não podemos deixar de acentuar a identificação social dos militares com a sociedade moderna industrial e a relação desses militares com os grupos urbanos (Lieuwen, 1964, p. 11). As cidades modernas concentram em si polos de sociabilidade com identidades comuns, o que aproximou os militares da política, contudo a aproximação revelou-se mais pelo desejo de modernização do que pelo se apaisanar de política civil. Realmente, os militares revoltosos dos anos 20 não eram homens partidarizados, mas oficiais de ação político-militar. Há também a mística militar que envolvia o imaginário civil – os salvadores militares – pontuada por Gilberto Freyre, que, naquele momento, ainda que precariamente,

joga papel importante na aproximação dos políticos civis do corpo militar. Com efeito, esta mística militar vai estar presente em grande parte nas relações entre civis e militares na República brasileira. O desejo político por uma saída militar marca nosso passado político (Hayes, 1991, p. 109).

A visão dos generais a respeito do evento, entretanto, centrava-se na pernicioso relação entre civis e militares, sendo estes manipulados por políticos civis inescrupulosos. O papel dos militares, na concepção do alto comando, é o de atuar exclusivamente no plano das ideias, influenciando a política civil. Dessa forma, em 1925, em relatório o Estado-Maior do Exército expõe ao ministro da Guerra as causas das recentes revoltas militares. Nele podemos perceber a preocupação do órgão do Exército com a relação entre políticos civis e militares. De acordo com o documento, os civis assediam os militares e os estimulam à participação político-militar, sendo estes apenas instrumentos da ação externa à caserna, de forma que, segundo o documento,

O papel da força armada nunca foi e jamais poderá ser o de instrumento de políticos que aspiram unicamente à posse da administração pública. A argumentação de que eles se utilizam, pondo em relevo a existência de males sociais, não pode servir de justificação a revoluções militares. O meio mais rápido e seguro de saná-los nunca será inverter o papel das forças armadas, senão atuar sobre os homens de modo que se lhes infiltrem n'alma novos ideais e novos sentimentos (Esteves, 1996, p. 114).

Convém lembrar que o texto supracitado também reflete o desejo de *mea-culpa* dos grandes chefes militares, posto que todo ato de revolta militar é de responsabilidade do comando. Como solução, o Estado-Maior do Exército propõe o aumento da militarização dos militares, com o aprimoramento da disciplina sobre o corpo militar, ou melhor, a instrução militar é o remédio para a indisciplina dos oficiais subalternos. Assim, o desenvolvimento de uma cultura militar profissional, a partir das escolas, é o que corrige as práticas de indisciplina que se traduzem em rebeliões militares. Assim sendo:

[...] O melhor meio de afastá-los de outras cogitações prejudiciais à disciplina é justamente orientar-lhes a atividade para o aperfeiçoamento sempre crescente de sua capacidade técnica. [...] A doutrina que o Estado-Maior sempre propugnou consistiu em fazer sentir que um exército não está aniquilado quando dispõe de quadros homogêneos e bem instruídos [...] (Esteves, 1996, p. 116).

Os anos 20 no Brasil marcaram um período de luta política entre o velho e o novo que ameaçava explodir destruindo toda a estrutura oligárquica de poder (McCann, 2007, p. 291). Para o Exército, a luta modernizante encontrou seu limite. “Os debaixo” na hierarquia militar anunciavam que um novo Exército deveria se formar. Quiçá, as forças da Semana de Arte Moderna tiveram seu equivalente na própria revolta tenentista. Em outras palavras, as revoltas militares sustentavam uma solução militar à premência modernizante na esfera militar – como os neófitos artistas modernos, os tenentes vieram de baixo para reivindicar a modernização. Apesar disso, não representavam a classe média ou as massas trabalhadoras. Os tenentes se identificavam como salvadores da nação, guardiões das instituições republicanas, em nome do povo, abstratamente. Segundo Boris Fausto: “Trata-se de um movimento substitutivo, e não organizador do povo” (1997, p. 81).

Na realidade, os movimentos revoltosos foram envolvidos por uma mística político-militar que, na ressignificação histórica, parecia concatenar-se ao movimento político-militar de 31 de março de 1964 – fechando um ciclo revolucionário de coloração militar. Essa mística assegurará a ação político-militar apenas no limite institucional – mobilizando a formação militar brasileira no breve século XX. Os movimentos revoltosos posteriores à consolidação de um Exército moderno de dimensão nacional, a partir do Estado Novo, tiveram como atores oficiais superiores e generais. Isto é, em virtude da institucionalização de um corpo militar moderno, a ação político-militar passou a ser produto da política do Exército sobre a política civil.

## Considerações Finais

No limite, a História do Brasil republicano se confunde com a História Militar do Exército, pois o processo de modernização do Exército e do Brasil faz parte, *grosso modo*, de uma mesma narrativa de transformação do Estado Nacional e da própria sociedade. As reformas educacionais no Exército e a interferência militar na política nacional nunca estiveram deslocadas dos imperativos modernizantes, de forma que a profissionalização militar contemporânea e a ação direta dos militares sobre o poder político não representam nenhuma incongruência. A partir da Primeira República, houve uma mudança importante no âmbito político e cultural na corporação. A formação militar nas primeiras décadas do século XX estava carregada de cultura paisana, de forma que, num país atrasado, de baixa urbanização, os militares da base da pirâmide hierárquica atuavam como força modernizante para quebrar a estrutura política e social do Estado Oligárquico – dessa forma, as principais manifestações políticas do período eram antes de militares do que de civis. As tensões político-militares mais relevantes e estrondosas concentravam-se na parte de baixo da hierarquia em virtude da baixa militarização dos corpos. Assim, quando aumentou a intensidade da militarização do militar com a modernização institucional das novas práticas curriculares, diminuiu consideravelmente a quebra da hierarquia entre os militares subalternos.

É importante sublinhar que a construção de uma sociedade disciplinar no Exército não representou em absoluto a consolidação de uma “sociedade disciplinada”, e a tensão intramilitar foi constante. A sujeição da burocracia militar primeiramente ao Exército e, depois, ao Estado Militar, não ocorreu sem tensão. Na historicização desse processo não podemos negar, lembrando aqui Roger Chartier (2002, p. 91), a maneira como os atores sociais dão sentido a suas práticas e a seus discursos mediados por constante tensão entre, de um lado, as capacidades criativas dos indivíduos ou dos grupos sociais e, de outro, as restrições e pressões das normas, das convenções que limitam o espaço de ação subjetiva dos sujeitos, mais ou menos fortemente de acordo com a posição dos atores nas relações de dominação. Nesses termos que é possível pensar, enunciar e fazer (Chartier, 2002, p. 91) no limite entre a liberdade de ação dos

sujeitos e as pressões constantes dos aparelhos de controle social. Foi, de fato, um processo lento e conflituoso, que teve sua genealogia nas primeiras décadas do século XX.

A cultura bacharelesca militar não correspondia mais ao contexto belicoso internacional. Era fundamental um corpo militar mais técnico do que intelectual, um soldado não um filósofo. Assim, ao lado das tensões advindas do tenentismo político, houve outra, a do tenentismo profissional, representada pelos “jovens turcos”. Com efeito, essa dupla tensão – política e profissional – advinda da baixa oficialidade, pontua as vicissitudes político-militares ao longo da república brasileira. Não podemos isolar as tensões militares do binômio Exército/Estado, uma vez que as pressões modernizantes impõem a transformação concomitante da corporação e do aparelho de Estado. De fato, não há modernização de um sem a modernização do outro.

## Referências

- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de três séculos de literatura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. São Paulo: Record, 2000.
- COSTA, Wilma Peres. Os militares e a primeira Constituição da República. In: MORAES, João Quartim de; COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *A tutela militar*. São Paulo: Vértice, 1987.
- COUTINHO, Lourival. O General Góes Monteiro Depõe. Rio de Janeiro: Editora Coelho Branco, 1956.
- DENYS, Odylio. *Ciclo revolucionário brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Edusp, 2007.
- DRUMMOOND, José Augusto. *O movimento tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ESTEVES, Diniz. *Documentos históricos do estado-maior do exército*. Brasília: Edição do Estado-Maior do Exército, 1996.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FILHO, Lobato. *A última noite da escola da Praia Vermelha*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HAHNER, June E. *Relações entre civis e militares no Brasil (1889-1898)*. São Paulo: Pioneira, 1975.

HAYES, Robert A. *Nação armada: a mística militar brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.

LIEUWEN, Edwin. *Militarismo e política na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1964.

LOPES, Theodorico; TORRES, Gentil. *Ministros da guerra do Brasil (1808-1946)*. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1947.

MAGALHÃES, J. B. *A evolução militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

MCCANN, Frank D. *Soldados da pátria: história do exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras 2007.

MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. São Paulo: Siciliano, 1991.

MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa/Ômega, 1984.

SCHULZ, John. *O exército na política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: Edusp, 1994.

SILVA, Hélio. *O poder militar*. Porto alegre: L&PM, 1984.

TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio Editor, 1973. Tomo 1

Recebido em: 19/1/2014

Aceito em: 20/3/2014